



3.ª Conferência das ONGs

RENOVAR O COMPROMISSO COM A GUINÉ-BISSAU

Bissau, 18-20 Outubro 2017

DOCUMENTO PREPARATÓRIO

Local

Salão do Instituto Nacional de Saúde, Bissau

Contactos

Rua Guerra Mendes, Bissau Velho | casadosdireitos.guinebissau@gmail.com | telef: 955596305

Organização



Apoio financeiro



1. CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

A **1ª Conferência das ONGs foi realizada em Novembro de 1985**, sob a égide do então Ministério do Plano e Cooperação Internacional, no intuito de favorecer uma melhor planificação, coordenação e integração da Ajuda Não-Governamental à Guiné-Bissau. O Governo expôs ali a sua visão e estratégia para o setor e **apresentou a Solidami, criada em 1984**, como sendo a instituição encarregue da implementação dessa estratégia, com o mandato de coordenar a Ajuda Não-Governamental à Guiné-Bissau e apoiar a emergência e o desenvolvimento de ONGs nacionais como parceiros do desenvolvimento.

A **2ª Conferência das ONGs viria a realizar-se em Janeiro de 1994**, organizada pela Solidami. Dedicada ao tema “Desenvolvimento Participativo e Democracia”, tinha como objetivo relançar a cooperação com as ONGs internacionais e nacionais, num novo contexto político de multipartidarismo, que levou às primeiras eleições multipartidárias.

Dois décadas depois desta 2ª Conferência, muitas mudanças ocorreram no contexto interno e externo das ONGs nacionais e estrangeiras que intervêm na Guiné-Bissau.

Com efeito, e muito resumidamente, constata-se que depois de uma evolução rápida e fecunda das ONGs nacionais, durante a qual desenvolveram parcerias e muitas receberam apoios institucionais de suas congéneres estrangeiras, elas se afirmaram como **atores incontornáveis do processo de desenvolvimento democrático** na Guiné-Bissau, conquistando a confiança e o respeito das populações e dos seus parceiros a nível local, nacional e internacional. Conseguiram resistir e ressurgir após várias crises, inclusive ao conflito armado de 7 de Junho 1998/99, que refreara a sua ação, fragilizando muitas. Para enfrentar a adversidade, foram capazes de se aliar e de se unirem entre si e com muitas ONGs estrangeiras, fazendo com que **os laços de solidariedade e de amizade que as uniam e as ligavam ao povo guineense saíssem reforçados durante e depois de cada crise**. Mas a **degradação progressiva da situação política, económica e social da Guiné-Bissau**, com crises cíclicas e acentuadas geradoras de instabilidade e de precaridade, seja das populações mais vulneráveis, seja do Estado e da sociedade em geral, num **contexto mundial de globalização** no qual os paradigmas do desenvolvimento e da cooperação para o desenvolvimento se alteraram profundamente, viria a traduzir-se,

igualmente, pela **degradação paulatina da situação das ONGs nacionais e da qualidade da cooperação não-governamental.**

Fazendo uma análise retrospectiva mais precisa e detalhada da evolução do contexto interno da Guiné-Bissau desde a criação das primeiras ONGs nacionais, importa lembrar alguns marcos históricos que influenciaram a génese, a evolução e a situação atua destas organizações assim como da cooperação não-governamental. A grande **pressão da dívida externa** acumulada pela Guiné-Bissau desde os primeiros anos da sua independência, criou as condições para o surgimento de um **Programa de Ajustamento Estrutural**, implementado sob orientação do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. O PAE iniciou um processo de liberalização económica, com consequências no Estado e no seu papel de instituição servidora às populações, em particular às mais desfavorecidas. **A política de “menos estado”** e a maior dificuldade de acesso a financiamento internacional, conduziu ao abandono pelo Estado de políticas emblemáticas como a do desenvolvimento rural integrado e a um desinvestimento nos serviços básicos às populações, como os da educação ou da saúde. Este processo foi acompanhado pela **saída do Estado de muitos quadros** que não se reviam neste novo modelo e que foram criar outras oportunidades de participação no desenvolvimento, nomeadamente com um empenhamento ativo na criação das primeiras ONGs nacionais, processo desde logo apoiado por várias congéneres europeias, norte-americanas e canadianas.

O surgimento de novos atores, assumindo papéis e um protagonismo que antes era exclusivo do Estado, nem sempre foi bem-recebido por instituições do Estado muitas delas bastante fragilizadas, nem por responsáveis políticos e partidários que não reconheciam outras formas de legitimidade que não aquelas que são assentes no sistema partidário. **A década de 90 é assim percorrida por processos de distanciamento entre Estado e ONGs** que, em alguns momentos, passaram por situações de conflito aberto.

O conflito político-militar de 1998/99 e a instabilidade que se lhe seguiu veio agravar o processo de fragilização das instituições estatais e um sentimento de desproteção por parte das populações mais carenciadas, que passaram a contar só consigo próprias e com as solidariedades de base étnica ou comunitária. Por seu lado as ONGs viam-se com um campo de ação cada vez mais alargado, pressionadas por expectativas diversas – da parte das populações, de outras organizações sociais, dos

doadores – e com uma limitada capacidade de se questionarem perante as diversas pressões a que eram sujeitas.

O diálogo das ONGs com o Estado, na última dezena e meia de anos, é assim condicionado cada vez mais pela conjuntura, com ciclos cada vez mais curtos.

O Estado vai-se transformando cada vez mais numa entidade volátil, geradora de insatisfação e de decepção, e cada vez menos em instituição com continuidade, com responsabilidades públicas e capaz de afirmar soberania na defesa da sua população e do bem comum e justificar sua legitimidade. Efetivamente, os curtos períodos de procura de normalização e de reconstrução, em novas bases, do sistema democrático e das abordagens ao desenvolvimento acabam sempre interrompidos por **lógicas de disputa de poder** que garanta a sobrevivência política e o progresso económico individual à custa da detenção do poder de estado.

O contexto externo também foi evoluindo, simultaneamente, alterando-se profundamente. As mudanças ocorridas na cooperação internacional levaram à **concentração e ao afunilamento das ajudas** num número restrito de grandes agências de desenvolvimento, com regras de acesso competitivas e complexas e modos de gestão do tipo empresarial, nem sempre ao alcance das ONGs (nacionais e estrangeiras) menos blindadas institucionalmente em termos de capacidades técnicas e financeiras para viabilizarem suas candidaturas. **Os financiamentos institucionais e a processos de longa duração foram rareando**, acabando praticamente por desaparecer, pois as atenções dos doadores passaram a concentrar-se nos financiamentos a projetos de curto e médio prazo, orientados para resultados tangíveis, quantificáveis e mesuráveis. Desta evolução resultou **o desaparecimento ou a redução da expressão de muitas destas organizações** guineenses e internacionais que desempenhavam um papel deveras importante na Guiné-Bissau e nos seus países de origem, no apoio ao desenvolvimento local, na influência de políticas, no reforço dos processos democráticos e na construção de uma cidadania ativa e interventiva. Mais ainda, em muitos casos **as parcerias entre ONGs do Norte e do Sul foram-se desvirtuando**, sucedendo o mesmo com a colaboração entre ONGs guineenses.

De facto, tem-se verificado alguma inconsistência entre as orientações políticas saídas de grandes resoluções, acordos e declarações de metas para a cooperação para o desenvolvimento e a prática concreta da cooperação internacional.

Mais de quatro décadas passaram já sobre a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1970, que apontou para o compromisso de os chamados países economicamente avançados caminharem progressivamente para **o objetivo de consagrarem 0,7% do seu Rendimento Nacional para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento**. Esse objetivo está longe de ser atingido, embora seja continuamente reafirmado, como aconteceu em julho de 2015 na 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba. Mas para além disso, já neste século ganhou peso a necessidade de adicionar aos objetivos quantitativos do financiamento internacional do desenvolvimento, objetivos também qualitativos. De facto, constam-se resultados insatisfatórios na redução das desigualdades a nível mundial e nos processos nacionais de luta contra a pobreza e de promoção do desenvolvimento. Se estes fracos resultados questionam os Estados dos Países Em Desenvolvimento (PED), eles questionam também os sistemas da cooperação internacional e de financiamento do desenvolvimento.

O processo da “**Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento**”, iniciado com a **Declaração de Paris de 2005**, aprovada pelo Fórum de Alto Nível, foca-se sobretudo nos problemas do sistema, e aponta para alguns princípios orientadores para futuro, como sejam o apoio ao reforço das estratégias nacionais dos PED, o alinhamento da Ajuda ao Desenvolvimento pelas prioridades daqueles países, a previsibilidade através dos compromissos plurianuais de financiamento, a simplificação de procedimentos, a responsabilidade mútua perante os cidadãos e os parlamentos nacionais. Em particular, tem sido chamada a atenção para a necessidade de atender a cada situação específica, e, muito especialmente, adaptar o apoio internacional às particularidades dos países com situações de fragilidade dos estados e de outras instituições nacionais.

O 2º Fórum de Alto Nível, realizado em Acra, no Gana, em 2008, constatou progressos insuficientes, considerou o controlo dos países sobre a Ajuda e sobre o seu próprio desenvolvimento como uma questão chave, afirmou como indispensável o reforço dos sistemas dos países e a construção de parcerias mais eficazes e inclusivas. **Os “Princípios de Bons Compromissos Internacionais em Estados e Situações Frágeis”**, entretanto adotados, em 2007, foram reafirmados.

O Fórum de Alto Nível, que reuniu países e organizações internacionais, vincou a necessidade de **aprofundar o compromisso com as Organizações da Sociedade Civil**

e com elas trabalhar para a criação de um ambiente favorável, que potencie os seus contributos para o desenvolvimento.

Na Guiné-Bissau este debate tem estado bastante ausente, mas os problemas que ele tem detetado e as orientações de correção apontadas, têm sido sentidos ao nível das diversas instituições e nomeadamente pelas ONGs.

Para fazer face às adversidades do seu contexto interno e externo, muitas das ONGs europeias e africanas, guineenses também, **têm vindo adotar a estratégia de trabalho em rede**. Reconhecem a mais-valia representada pela criação de redes associativas pelas ONGs envolvidas nas mesmas temáticas, como resposta a necessidade de **reforçar os mecanismos de concertação, de sinergias e de complementaridade de ações** com as comunidades e de influência das políticas públicas, fazendo ao mesmo tempo face a escassez de recursos disponíveis.

Porém, num contexto mundial onde a economia liberal triunfa, onde a **visão paradigmática de desenvolvimento** projetada pelas sociedades ditas mais desenvolvidas evoluiu no sentido de maior individualismo e competição pelo crescimento, com subversão de valores essenciais à promoção da dignidade humana em todas as dimensões, a **lógica altamente competitiva** das candidaturas a projetos que resulta e vem reforçar esta visão, tem vindo a contribuir para **minar o espírito de solidariedade** que norteou a cooperação não-governamental e o processo de criação das ONGs nacionais.

As redes confrontam-se com o dilema da **disponibilidade de tempo** dos membros com maior capacidade de as dinamizar, pois, pelas suas responsabilidades e pelas necessidades prementes das suas próprias organizações, são completamente absorvidos na luta contra a precarização das suas ONGs, num contexto de grande competitividade e dificuldade crescente no acesso a fundos e com a necessária previsibilidade e num quadro de instabilidade política, económica e social permanente.

Neste ambiente interno e externo de competição por um lado e instabilidade e precarização por outro, constata-se que **as prioridades das populações e as intervenções que suscitam mudanças duradouras têm vindo a ser relegadas para segundo plano**, em função de uma agenda internacional que não influenciámos, ao mesmo tempo que as capacidades de construir e gerar consensos em torno de uma agenda nacional têm vindo a diminuir. As atenções e as energias das organizações tendem a desviar-se do seu alvo principal (os grupos e comunidades com as quais

pretendem trabalhar para melhorar suas condições de vida e a promoção dos seus direitos de forma global e sustentada), para focalizar-se mais na procura de fundos e na satisfação das prioridades e exigências dos doadores.

Mais recentemente, **os problemas da segurança humana** (que inclui o direito a uma vida saudável, económica e ambientalmente sustentáveis) que têm vindo a destacar-se na agenda internacional, foram sendo afunilados em duas direções: o da segurança em relação ao **terrorismo**, por um lado, e os **fluxos migratórios vistos como ameaça**, por outro lado. Esta nova abordagem à segurança passou a ser a base de políticas internacionais que ligam **segurança e desenvolvimento**, dando origem a novas prioridades e novas relações internacionais, que influenciam a cooperação internacional e a ação das ONGs. A necessidade de manter uma abordagem à **segurança centrada nas pessoas** (o conceito de segurança humana) foi, aliás, uma das recomendações das organizações da sociedade civil de África e da Europa, reunidas no Fórum Europa / África de Sociedade Civil, que tem acompanhado a implementação da Estratégia Conjunta Europa-África e que desta vez reuniu na Tunísia (Julho de 2017).

Neste contexto interno e externo, importa hoje **analisar o percurso** feito e **identificar os valores** essenciais à **missão das ONGs** e da qual não se pode desviar, e, à luz desses valores e missão, **avaliar os modelos** de intervenção, de organização, de relacionamento entre as ONGs (nacionais e estrangeiras), destas com a sociedade, com o estado e com a cooperação internacional.

A partir desta análise e avaliação, impõe-se o estabelecimento consensual de **uma agenda comum das ONGs**, contendo os principais **desafios dos próximos anos** que elas se engajam a enfrentar coletivamente na Guiné-Bissau. Impõe-se ainda, o estabelecimento consensual de **um código de ética** na base de **grandes valores e princípios** que deverão nortear a ação das ONGs, nacionais e estrangeiras, e balizar as relações de parceria que estabelecem, quer entre si, quer com as comunidades de base com quem trabalham, quer com o Estado guineense, quer ainda nas relações que estabelecem com os financiadores internacionais para a sua intervenção na Guiné-Bissau.

Este é o desafio que se lança com a preparação e realização da 3ª Conferência das ONGs que intervêm na Guiné-Bissau, que se inscreve no quadro do projeto “Articulações e concertações não-governamentais para o desenvolvimento da



3.ª Conferência das ONGs Renovar o compromisso com a Guiné-Bissau

Guiné-Bissau”, uma iniciativa das ONGs que integram o **Consórcio da Casa dos Direitos - ACEP, AMIC, LGDH, RENAJ, RENARC, RENLUV e TINIGUENA**, com apoio financeiro de partida por parte do **Camões – Instituto da Cooperação e da Língua**, e que tem como objetivo valorizar a contribuição das ONGs no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. A realização desta conferência inscreve-se nesta preocupação de procura de melhores condições de concertação e de valorização do trabalho das ONGs, permitindo favorecer um diálogo sobre políticas e uma intervenção no desenvolvimento e na promoção dos direitos humanos mais profícuos e eficazes.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Valorizar e melhorar a contribuição das ONGs no processo de desenvolvimento e de edificação democrática da Guiné-Bissau.

2.2. Objetivo específico

Proporcionar um espaço de reflexão, debate e partilha entre várias gerações de ONGs nacionais e estrangeiras intervindo na Guiné-Bissau, visando o estabelecimento de estratégias e mecanismos de diálogo e concertação regular para reforço de sua capacidade de intervenção no desenvolvimento e na promoção dos direitos humanos.

3. ENQUADRAMENTO DA CONFERÊNCIA

3.1. Organização e preparação

Para lançar o processo da 3ª Conferência das ONGs, prevista para ser realizada em Bissau de **18 a 20 de Outubro de 2017**, foi constituída uma **Comissão Organizadora**, que integra as 7 ONGs nacionais e estrangeiras do Consorcio da Casa dos Direitos, já aqui referidas. Foi criado, igualmente, um **Comité Técnico Preparatório** constituído por uma equipa de 3 profissionais com experiência pertinente no trabalho em rede com ONGs do desenvolvimento e dos direitos humanos na Guiné-Bissau, sendo que duas delas fizeram parte da equipa responsável pelo estudo-diagnóstico sobre “Experiências de redes colaborativas de ONGs na Guiné-Bissau”, realizada em 2016 no quadro do projeto



3.ª Conferência das ONGs Renovar o compromisso com a Guiné-Bissau

“Articulações e concertações não-governamentais para o desenvolvimento da Guiné-Bissau”.

O **Comité Técnico Preparatório** deverá assegurar a boa preparação e realização da Conferência das ONGs, que deverá coordenar tecnicamente. Deverá submeter à Comissão Organizadora, 4 meses antes da Conferência, um conjunto de documentos de base, a saber: 1) um **documento de orientação**, que inclui s termos de referência da Conferência; 2) um **programa de trabalhos** detalhado com os temas a debater e as comunicações a apresentar; 3) um **orçamento** com os custos detalhados da preparação, realização e publicação final; 4) **uma lista de convidados**, num número máximo de 80.

A **Comissão Organizadora**, com base nos documentos analisados e adoptados, procurará assegurar o financiamento à Conferência e procederá atempadamente aos convites às personalidades e autoridades a associar e aos convidados em geral.

3.2. Temas a abordar

A 3ª Conferência das ONGs terá como tema geral: **“Renovar o Compromisso com a Guiné-Bissau”**.

Depois da sessão de abertura oficial haverá uma Conferência inaugural consagrada ao tema: **“20 anos depois: As ONGs, a sociedade, o estado e a cooperação internacional”** (ver detalhes no ponto sobre a metodologia).

Depois da conferência inaugural, os trabalhos serão organizados em torno de **4 painéis**, sendo cada um consagrado a um tema. Estes serão os temas a abordar nos 4 painéis:

Painel 1: “As ONGs – Balanço da sua intervenção na sociedade guineense e o compromisso com o futuro”. Neste painel, deverão ser apresentados, analisados e debatidos diferentes aspetos relacionados com o tema, com atenção particular para estes quatro:

- a) As ONGs Guineenses: Da razão e bases da sua criação aos desafios da renovação
- b) As ONGs Internacionais: Motivação na cooperação com a Guiné-Bissau, relações com as ONGs nacionais

- c) De dinâmicas competitivas para dinâmicas colaborativas: alianças e sinergias entre ONGs, experiências de trabalho em rede, modelos de redes bem-sucedidas e os seus contextos
- d) Relações entre ONGs nacionais e internacionais: Premissas de um compromisso duradouro

Painel 2: “As ONGs e o Estado guineense: A consciência das fragilidades e o diálogo colaborativo”. Estes são os três ângulos de abordagem a aprofundar para a apresentação e debate deste tema nos grupos de trabalho:

- a) Balanço da cooperação ONGs Estado na Guiné-Bissau
- b) Premissas para a construção de instituições democráticas no Estado e nas ONGs
- c) Pistas para um ambiente favorável e de reconhecimento mútuo, para fortalecimento do Estado, das ONGs e da sociedade guineense

Painel 3: “As ONGs e a cooperação internacional”. Este tema deverá ser apresentado e debatido à luz destas três questões a aprofundar:

- a) Ponto de situação sobre a Cooperação Internacional com as ONGs na Guiné-Bissau
- b) É possível a construção de uma agenda partilhada?
- c) Bases da sustentabilidade: Condições de impactos na sociedade e sustentabilidade das organizações

Painel 4: “O futuro que queremos e o futuro que somos capazes de construir”. Sendo o último tema a debater, ele deverá apresentar pistas para o compromisso e a ação futura das ONGs que intervêm na Guiné-Bissau, articulando-se em torno destas três questões de interesse maior:

- a) Os pilares da construção de uma agenda comum: 5 desafios da Guiné-Bissau que as ONGs se engajam a enfrentarem coletivamente, nos próximos 5 anos
- b) Pertinência e bases da criação de um espaço de concertação e ação das ONGs que intervêm na Guiné-Bissau
- c) Retorno à ética: Valores e princípios que as ONGs se engajam a respeitar para guiar e balizar a sua intervenção na Guiné-Bissau

3.3. Metodologia e animação dos debates

A 3ª Conferência das ONGs será realizada em Bissau de **18 a 20 de Outubro de 2017**, de acordo com o Programa apresentado em anexo.

Serão convidadas cerca de 80 participantes provenientes do universo das ONGs nacionais e estrangeiras que intervêm na Guiné-Bissau, conforme explanado no ponto 3.5. Para as sessões de abertura e de encerramento oficial serão convidadas instituições e personalidades nacionais e internacionais de relevo para os objectivos e temática da Conferência.

Depois da sessão de abertura oficial, haverá uma Conferência inaugural consagrada ao tema: **“20 anos depois: As ONGs, a sociedade, o estado e a cooperação internacional”**, que contará com uma apresentação de fundo (de 30m) feita por um(a) conferencista internacional com conhecimento e experiência reconhecida internacionalmente sobre a temática e contribuições subsidiárias (de 20m cada) de 2 personalidades reputadas, com percursos e visões relevantes sobre o tema, uma proveniente de África e outra da Guiné-Bissau.

Seguidamente, os trabalhos serão organizados em torno de **4 painéis**, sendo cada um consagrado a um tema, como já referido em 3.2. Cada painel iniciará com uma sessão plenária, onde haverá um(a) orador/a principal que apresentará o tema central (em 15m) e 3 outros (as) apresentadores (as) que abordarão o mesmo tema, à luz da visão e experiência da sua organização (em 10m).

Os participantes dividir-se-ão depois em **3 grupos de trabalho**, exceto no que toca ao painel 1, onde serão constituídos 4 grupos de trabalho, devido à densidade do tema a abordar. Nestes grupos de trabalho, debaterão aprofundadamente (em 60m), o tema do painel devendo retirar as principais conclusões e recomendações, que serão seguidamente apresentadas e debatidas em plenária e integrarão as Atas da Conferência.

Os painéis e os grupos de trabalho serão conduzidos por um(a) animador/facilitador(a), coadjuvados por um relator(a) encarregues de redigir a síntese dos debates e das conclusões e recomendações a apresentar e a debater nas plenárias. Os animadores e relatores dos painéis e dos grupos de trabalho deverão trabalhar com um(a) **Relator Principal**, encarregue da redação das **Atas da 3ª Conferência** das ONGs da Guiné-Bissau, a publicar posteriormente.

A Comissão Organizadora reunir-se-á diariamente com o Comité Técnico e o Relator Geral, para balanço dos trabalhos do dia e preparação da jornada seguinte. Juntos, prepararão os produtos a apresentar na sessão do encerramento, mais concretamente, o **Manifesto das ONGs** referido no ponto 4. A Comissão Organizadora será representada na mesa do ato de abertura assim como do encerramento, jogando ali o papel do seu facilitador principal. Será quem fará uma introdução à conferência e explicará como se irá desenrolar. Será ainda quem apresentará as diferentes personalidades presentes nos atos de abertura e encerramento, em particular os que ali tomarão palavra.

Pretende-se que os participantes adotem, na última plenária realizada no 3º dia, um documento de engajamento final ao qual se propõe designar “**Manifesto das ONGs na Guiné-Bissau**”, documento que integrará 4 pontos essenciais, de acordo com o explanado no ponto 4 sobre os produtos da Conferência e que deverão ser debatidos aprofundadamente no painel 4. Este manifesto será apresentado na sessão de encerramento oficial da 3ª Conferência das ONGs que intervêm na Guiné-Bissau.

3.4. Programa

O Programa da 3ª Conferência das ONGs encontra-se em [anexo 1](#).

3.5. Participantes

Prevê-se a participação de cerca de **80 convidados**, dos quais pelo menos 2/3 deverão ser representantes de ONGs nacionais e estrangeiras ativas na Guiné-Bissau. Os demais deverão ser responsáveis de instituições do Estado, de outras organizações da sociedade civil e de organizações internacionais ligados à cooperação para o desenvolvimento e à promoção dos direitos humanos.

Representantes de outras entidades e organizações, assim como algumas **personalidades de destaque** da sociedade guineense serão convidados a participar nos atos de abertura e de encerramento oficial da Conferência. A Comissão Organizadora decidirá sobre a lista definitiva, a partir de uma proposta inicial do Comité Técnico.

4. PRODUTOS DA CONFERÊNCIA

Eis os produtos que deverão sair da 3ª Conferência das ONGs:

4.1. Manifesto das ONGs que intervêm na Guiné-Bissau. Trata-se de um documento a adotar pelos participantes e a apresentar ao público na sessão de encerramento, organizado em 4 partes:

- a) **Uma declaração de compromisso das ONGs com a Guiné-Bissau** na promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável em benefício das camadas mais vulneráveis da população e na defesa e promoção dos direitos humanos, incluindo os de cidadania neste país.
- b) **Uma declaração de engajamento na criação de um espaço de concertação** e ação das ONGs que intervêm na Guiné-Bissau, dentro de um ano, **incluindo um roteiro** com as principais tarefas a realizar e etapas, planificadas no tempo e com indicação de organizações responsáveis pelo seu cumprimento.
- c) **Uma agenda das ONGs da Guiné-Bissau**, contendo os 5 principais desafios dos próximos 5 anos que elas se engajam a enfrentar coletivamente. Estes 5 desafios deverão constituir a espinha dorsal do programa de trabalho do espaço de concertação das ONGs a criar dentro de um ano (incluindo o desafio da governança partilhada para fazer face à precarização crescente do Estado, das ONGs e das comunidades de base e suas organizações).
- d) **Uma declaração de ética**, traduzida pela adesão a um conjunto de valores e princípios que deverão guiar a ação das ONGs, nacionais e estrangeiras, e balizar as relações de parceria que estabelecem quer entre si, quer com as comunidades de base com quem trabalham, quer com o Estado guineense, quer ainda na busca de financiamentos para a sua intervenção na GB.

4.2. Publicação das Atas da 3ª Conferência das ONGs, incluindo:

- a) O Documento de Orientação da 3ª Conferência das ONGs
- b) O Programa de trabalhos cumprido
- c) As Comunicações apresentadas
- d) O Manifesto adotado pelos participantes
- e) O Relatório Geral da 3ª Conferência das ONGs



3.ª Conferência das ONGs Renovar o compromisso com a Guiné-Bissau

- f) A Lista das Organizações participantes e seus contactos
- g) Uma ficha de apresentação sumária das ONGs participantes, segundo uma grelha de questões estabelecida pelo Comité Técnico e enviada juntamente com o convite (o preenchimento desta grelha será uma das condições de confirmação do convite)

4.3. Vídeo de 30 min sobre a 3ª Conferência das ONGs, a realizar pela TV Klelé, segundo um guião da responsabilidade conjunta do Comité Técnico e da Comissão Organizadora. Este vídeo será divulgado nos sites da Casa dos Direitos e das ONGs associadas, na TVGB e estará disponível para outras divulgações.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se, com a organização e realização da 3ª Conferência das ONGs alcançar os seguintes resultados:

- 1) **Realizado um balanço aprofundado** sobre o percurso feito pelas ONGs na Guiné-Bissau nos últimos 20 anos, com larga participação de várias gerações de ONGs nacionais e estrangeiras ativas neste país, visando construir consensos para um engajamento comum com o país;
- 2) **Impulsionado o processo de criação de um espaço de concertação regular entre as ONGs** que intervêm na Guiné-Bissau, sustentado num acordo de base estabelecido entre as organizações participantes na Conferência (mais de 60 ONGs);
- 3) **Adotada uma Agenda das ONGs e uma Declaração de Ética** em torno dos quais federar, orientar e balizar as ONGs e favorecer maior coordenação e eficácia das suas intervenções.

6. SEGUIMENTO

O Manifesto das ONGs que intervêm na Guiné-Bissau que deverá ser aprovado no final da 3ª Conferência, deverá constituir o guião de base da monitoria dos compromissos assumidos durante este encontro. Entre esses compromissos, uma atenção particular será dada pelos organizadores da Conferência, isto é, **o Consórcio das ONGs da Casa dos Direitos**, a estes três:

- a) **Decisão de criação de um espaço de concertação e ação das ONGs** que intervêm na Guiné-Bissau, dentro de um ano, incluindo um roteiro. Para o efeito, será criada uma Comissão Instaladora, cujo mandato, composição e plano de trabalho será debatido e adotado pelos participantes da 3ª Conferência de ONGs.
- b) **Agenda das ONGs da Guiné-Bissau**, que deverá constituir o núcleo essencial do programa de trabalho do espaço de concertação das ONGs a criar. Por isso, deverá ser a Comissão Instaladora acima referida a velar pela sua inclusão no coração do programa do espaço de concertação que se prevê criar.
- c) **Declaração de Ética das ONGs**, que deverá ser traduzida numa Carta de Valores e Princípios a assinar por todas as organizações que pretendem aderir ao espaço de concertação e ação já referido. O Comité Técnico Preparatório deverá engajar-se na sua redação, respeitando o espírito e o conteúdo da Declaração de Ética adotada nesta 3ª Conferência de ONGs.

O Consórcio das ONGs da Casa dos Direitos assegurará ainda a publicação das Atas da 3ª Conferência das ONGs, como referido no ponto 4.2. e do vídeo sobre esta conferência, conforme explicitado no ponto 4.3.

7. ORÇAMENTO

Os custos com a preparação e realização da 3ª Conferência das ONGs **estão estimados no valor total de 53.038 Euros**. O orçamento detalhado encontra-se em [anexo 2](#).